



Religião, República e Guerra

A entrada de Portugal na Guerra

O dia 28 de Julho de 1914 encontrou a República Portuguesa dividida internamente e isolada internacionalmente. Na sequência da crescente contestação ao governo de Afonso Costa, Manuel de Arriaga optou por dar posse a um governo extrapartidário chefiado por Bernardino Machado, o que não obscurecia o facto da verdadeira força hegemónica da política republicana continuar a ser o Partido Democrático, chefiado pelo mesmíssimo Afonso Costa. Este, ciente do poder que o seu aparelho partidário detinha na rua, esperava apenas pela ocasião propícia para voltar ao poder e dar assim continuidade ao seu projecto de governação, que colhia o apoio das facções republicanas mais anticlericais e radicais. Enfrentava a hostilidade das restantes forças republicanas e do operariado, assim como a desconfiança da maioria do universo católico português, na sequência da promulgação da Lei da Separação de 1911.

Não obstante o clima de inimizade política existente, todos os partidos republicanos convergiram na necessidade de se protegerem as colónias africanas, conhecida que era a existência de prévias negociações anglo-germânicas que previam a divisão desses territórios entre os dois países. Com efeito, logo em Setembro de 1914 foram enviadas expedições para Angola e Moçambique que entraram em confronto directo com forças invasoras alemãs. Tal não foi considerado motivo suficiente para levar

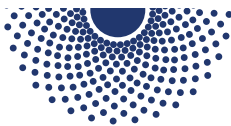
Guilherme Sampaio

*Mestre em História Contemporânea pela FLUL-UL
e Colaborador do CEHR*

Portugal a declarar guerra à Alemanha, mantendo-se o país neutro, e continuando os navios alemães a atracarem aos portos portugueses em busca de abrigo da armada inglesa. Ora, na prática e tal como antes de 1910, dada a sua menoridade territorial e militar, Portugal continuava na dependência política da Inglaterra, a quem beneficiava mais um aliado neutro (mas não assumidamente neutral) cujas ilhas atlânticas e colónias africanas pudessem ser utilizadas conforme as circunstâncias lhe aproovessem, do que um debilitado aliado belicista cujas forças armadas fossem reduzidas e obsoletas.

Os repetidos insucessos militares das tropas lusas em Angola e Moçambique, bem como a geral percepção de que o verdadeiro confronto bélico se disputava na Europa, aparecem associados ao surgimento de um debate na sociedade portuguesa, opondo guerristas e anti-guerristas, defendendo os primeiros uma efectiva participação portuguesa no teatro de guerra europeu: o que implicava declarar guerra à Alemanha.

Entre os guerristas destacavam-se Afonso Costa e o seu Partido Democrático, o Partido Evolucionista de António José de Almeida, e a elite intelectual republicana (Teixeira de Pascoaes, Jaime Cortesão). Opunham-se-lhes o Partido Unionista de Brito Camacho, Machado Santos e os monárquicos. Dentro do meio católico, mesmo sendo inequívoca a condenação da invasão e ocupação alemã da cató-



Preparativos para o embarque das tropas que vão combater na Primeira Guerra Mundial, 1916.

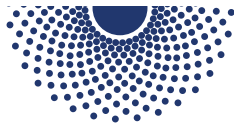
lica Bélgica, e o envio de tropas para África, não era unânime a opção guerrista. Uma exceção constituía o jornalista católico Fernando de Sousa (Nemo), que defendia a beligerância portuguesa, desde que a pedido e contando com o apoio inglês.

Por trás da posição beligerante encontram-se razões de natureza externa e interna. Apesar de manter relações diplomáticas oficiais com as grandes potências europeias (à exceção da Rússia), Portugal era então um país isolado diplomaticamente. O regime dominante na Europa de então era a monarquia, e as notícias da instabilidade política portuguesa nada contribuía para credibilizar externamente a República. Pior, a Espanha de Afonso XIII, de onde haviam partido as incursões monárquicas de 1911 e 1912, e onde ainda medrava uma corrente anexionista, encetara com sucesso um percurso de aproximação diplomática à Inglaterra. Ficava assim desvalorizada a histórica aliança anglo-lusa enquanto garante da independência nacional: a Inglaterra comprometera-se a proteger apenas as ilhas atlânticas e os ter-

ritórios ultramarinos, mas não a fronteira terrestre portuguesa.

Logo, para os guerristas, ao entrar na guerra em duas frentes, e enquanto a Espanha permanecia neutral, Portugal garantia a sua independência no continente e a além-mar, estreitava os seus laços com a Inglaterra e revalorizava a sua posição entre a sociedade das nações aliadas europeias, assegurando um lugar destacado na mesa dos vencedores aquando do final da guerra.

Porém, a política externa confundia-se com a interna, e a guerra foi sentida por Afonso Costa como uma oportunidade de através do sentimento patriótico, assim como pelo esforço de guerra e consequentes glórias bélicas, pôr cobro à instabilidade política do país e proporcionar a união de todas as facções políticas e sociais em torno de um governo transversal a todos os partidos, mas onde o Democrático teria a predominância. A guerra seria pois uma via de se alcançar a legitimidade nacional do regime republicano e consolidá-lo interna e externa-



mente, mas também de confirmar o sucesso de um dado projecto de República e de uma dada força política, ou seja, o partido Democrático.

Apesar da maioria da população portuguesa se ter mantido alheia a este debate (ou de ser hostil à beligerância portuguesa) e da resistência por parte do Exército, a amplitude dos apoios políticos dos guerristas expressou-se através da sangrenta revolta de 14 de Maio de 1915, que, organizada pelos democráticos, afastou o governo anti-beligerante do general Pimenta de Castro. Após um compasso de espera, a 29 de Novembro de 1915 Afonso Costa formou finalmente governo: o pretexto de um pedido inglês para que se aprisionassem os navios alemães atracados em portos portugueses motivou a 9 de Março de 1916 a declaração de guerra alemã.

Portugal estava «finalmente» em guerra: os guerristas acabaram por alcançar nada pacificamente um triunfo que ao invés de unir o País, viria a agravar ainda mais as suas contendas internas, mas que geraria também uma reformulação do papel do religioso e da Igreja Católica na República portuguesa.

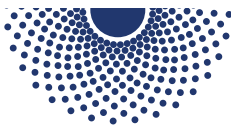
Patriotismo e correntes religiosas

A guerra foi entendida pelo universo católico e pela hierarquia como um meio de se emancipar de um estigma anti-religioso dominante em parte da sociedade portuguesa, permitindo-lhe participar em pé de igualdade com as forças anticlericais e na obra de encorajamento e apoio ao esforço português de guerra, dissociando os católicos do rótulo de monárquicos, ultrapassando a questão do regime e demonstrando assim publicamente o seu patriotismo. Mais, o conflito mundial surgia para os católicos como uma oportunidade para a regeneração da Pátria e de se alcançar a paz religiosa, por via de um estreitamento das relações entre Igreja e sociedade civil, passível de ser alcançado por uma intensa assistência religiosa aos soldados e suas famílias.

É neste âmbito que se deve compreender, quase imediatamente após a entrada de Portugal na guerra, o surgimento de iniciativas provindas do sector católico que buscaram conjugar e articular os princípios da caridade cristã com um sentimento na-

Familiares de soldados mortos em França, a caminho da igreja dos Mártires onde se realizaram exéquias religiosas pelas suas almas, Rua Garret, 1918.





Os dias de um capelão na Flandres

In João Tiago Sousa, *O Cônego José Ferreira de Lacerda – A assistência religiosa na Flandres*, pp. 71-72.

24-06-1917

«Fui na bicicleta do tenente Costa dizer missa ao 12. Assistiram as companhias formadas, dizendo eu missa debaixo de um arvoredo. Encontrei o capitão Damião quando estava a preparar o altar. Almocei com os oficiais do 12. Ajudou-me à missa o padre João, alferes, que é mole como as papas. À tarde houve na igreja de Erminghen a consagração do Sagrado Coração de Jesus,

fazendo-se a procissão por dentro da igreja. Os alemães bombardearam uma bateria inglesa a leste da minha casa. (...)»

07-07-1917

«Fui dizer missa ao barracão de infantaria 12, assistindo muitos soldados. Avisei que à noite confessaria na igreja de Laventie. Saímos de Saily para Laventie à 1h da tarde. Vim a pé com o major e o

capitão Utra Machado. Encontrei em Laventie os padres Mota e Coelho. Apenas cheguei, fui visitar o 7. Falei com o Jaime e outros. Regressei e fui confessar para a igreja, confessando-se muitos soldados de infantaria 12 e 14. Confessei até às 8. Nada houve de notável. Disse ao comandante do 9 e 12 para porem na Ordem a hora da missa de amanhã, ao que eles prontamente acederam. Dia com muito calor.»

cional e patriótico, assente na crença de que o catolicismo servia de definidor e enformador da nacionalidade portuguesa. É o caso, como veremos adiante, dos capelães militares.

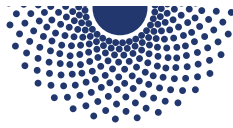
Contudo, acções houve que, embora não fazendo alarde de um patriotismo militante, se inseriam na mesma tentativa de intervenção activa na sociedade, independentemente de crenças religiosas e ideários políticos. Foi o caso da *Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra*, uma associação feminina surgida em Março de 1916, que apesar de contar com membros da aristocracia monárquica, se declarava apolítica. Embora dando especial primazia à salvação das almas dos soldados por via do proselitismo religioso, coube a esta organização a feitura das primeiras «festas da flor», visando angariar fundos para o auxílio aos combatentes e suas famílias, de modo a apoiá-los moral (ou melhor, religiosamente) e financeiramente. Eram entregues géneros alimentares e vestuário aos soldados, procurando-se igualmente minimizar as situações de pobreza dos seus agregados familiares, e tendo-se ainda constituído um dispensário com alimentos, medicamentos e um médico para os filhos dos recrutados.

Ora, o facto de muitos dos chefes das Igrejas evangélicas terem nacionalidade inglesa, e os seus filhos – mesmo tendo nascido em Portugal – já combaterem e morrerem ao serviço do exército inglês

estacionado na Flandres, garantiu uma mais precoce sensibilização das comunidades protestantes para a necessidade da assistência religiosa, face à violência da guerra. O que não impediu que, tal como no campo católico, a guerra tenha sido similarmente recebida como um meio de se proceder a uma renovação religiosa da Nação, oferecendo novas e ricas oportunidades de evangelização.

As frentes de combate e a assistência religiosa

A Primeira Guerra Mundial desbravou fronteiras de violência humana e destruição material, não só devido ao elevado número de combatentes envolvidos, mas mormente fruto da inovação tecnológica possibilitadora dos armamentos com que aqueles pelejavam. Sobretudo, veio deitar por terra a crença racionalista no progresso da ciência aliado à melhoria das condições de vida humanas e ao fim da guerra enquanto instrumento de resolução de diferendos políticos. Num conflito altamente industrializado e de grande inovação tecnológica, travado em terra estrangeira de clima e alimentação atípicos aos seus costumes, longe das suas famílias, os desenquadrados soldados portugueses necessitavam buscar o apoio espiritual que lhes permitisse encontrar as forças necessárias a ultrapassarem tamanhas provações.



Decreto-Lei regulando a assistência religiosa aos soldados portugueses do CEP

In Diário do Governo. Lisboa, n.º 10, 1.ª Série, 18 de Janeiro de 1917.

«Decreto-Lei N.º 2:942

«Tendo em vista o que se determinou no § único do artigo 1.º do decreto n.º 2:869, de 30 de Novembro de 1916; atendendo ao que me foi proposto pelo Ministro da Guerra, e usando da faculdade que me confere o artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º – A assistência religiosa aos militares que a desejem e que façam parte das forças em operações de guerra, será dada por ministros portugueses das respectivas religiões:

- a) que, na qualidade de militares ou equiparados, entrem na composição das forças em operações;
- b) que se ofereçam para acompanhar essas forças;
- c) que sejam antigos capelães militares.

Artigo 2.º – Os generais comandantes das forças em operações de guerra permitirão que os ministros das diversas religiões que façam parte dessas forças dêem aos militares membros das suas confissões a assistência religiosa que eles desejarem, contando que as manifestações do culto e as práticas culturais não perturbem os serviços de campanha e a disciplina das tropas.

§ único. Os ministros das diversas religiões poderão transportar por conta do Estado as alfaias religiosas de que estritamente careçam para a assistência religiosa e práticas culturais.

Artigo 3.º – Os ministros não militares das diversas religiões que se ofereçam para acompanhar as forças em operações serão equiparados a alferes e como tais terão direito a transportes, alimentação e alojamento, não lhes sendo porém abonado qualquer vencimento por conta do Estado.

§ 1.º – Compete aos generais comandantes das forças em operações de guerra designar as unidades a que devem ficar adidos os ministros das diversas religiões a que se refere este artigo.

§ 2.º – Os ministros das diversas religiões, oferecidos nos termos deste artigo, ficam para todos os efeitos sujeitos às leis e regulamentos militares, e as suas famílias adquirem direito à pensão de sangue, nos termos da legislação em vigor.

§ 3.º – Os ministros das diversas religiões, que desejem acompanhar as forças em operações, devem requerer ao Ministro da Guerra a necessária licença, fazendo acompanhar o seu requerimento dos documentos comprovativos da sua situação em face da lei do recrutamento e da sua qualidade de ministro de qualquer religião, de certidão de idade e de certificado do registo criminal.

Artigo 4.º – O Ministro da Guerra poderá permitir que os antigos capelães militares, que assim o requeiram, acompanhem as forças em operações, a fim de junto delas ministrarem a assistência religiosa que lhes seja solicitada pelos militares católicos.

§ único. Tem aplicação a estes oficiais o que se determina nos §§ 1.º e 2.º do artigo anterior.

Artigo 5.º – O número de licenças a que se referem os artigos antecedentes não pode ser superior, para cada religião, ao número de capelães militares que existiram nas forças em operações, se ainda estivesse em vigor a legislação anterior à proclamação da República, relativa a esses oficiais.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 18 de Janeiro de 1917 – BERNARDINO MACHADO – José Mendes Ribeiro Norton de Matos.»

Essa carência foi imediatamente compreendida pelos católicos portugueses que, contando com o apoio da Igreja, e apesar da hostilidade da opinião anti-clerical (que temia que a acção dos capelães minasse a moral das tropas), conseguiram a 18 de Janeiro de 1917 do Ministro da Guerra do primeiro governo da União Sagrada – general Norton de Matos – a promulgação do decreto regulamentando as condições da assistência religiosa às tropas portuguesas estacionadas em França. A principal crítica católica ao decreto prendia-se com não prever a outorga de um

vencimento para os capelães militares, assegurando o Estado apenas as custas relacionadas com alimentação, alojamento e transportes. Aceite que foi a impossibilidade de se alterarem as disposições do decreto, o meio católico, por via das suas organizações (CADC, JUC), dos jornais e de agrupamentos nas dioceses e nas freguesias procedeu ao levantamento de uma subscrição nacional com o objectivo de recolher fundos destinados a subvencionar o envio de capelães para a Flandres. Contribuíram igualmente para a colecta os portugueses residentes no Brasil, entre os



quais vários padres que haviam fugido de Portugal.

Formou-se então uma *Comissão Central de Assistência Religiosa em Campanha* com o objectivo de administrar o dinheiro recolhido, e que era chefiada por D. João Lima Vidal, arcebispo de Mitilene. Coube a esta comissão seleccionar os candidatos a preencher as quinze vagas determinadas pelo Estado-Maior, tendo sido escolhido para chefe dos capelães José do Patrocínio Dias, então cônego da Sé da Guarda e futuro Bispo de Beja. Entre os capelães escolhidos incluía-se o padre pensionista Manuel José de Sousa.

A acção dos capelães portugueses viu-se dificultada pela dispersão das forças portuguesas e pelas ordens aos capelães de se alojarem junto do



comando superior em que houvessem sido colocados e de apenas poderem efectuar cerimónias religiosas com a autorização destes. Isto tinha a consequência dos capelães, sem os meios de transporte adequados, terem de efectuar longas deslocações de modo a poderem entrar em contacto com as tropas do CEP (Corpo Expedicionário Português). O que não os impedia de visitar frequentemente as trincheiras, assim como de visitar os hospitalizados. Os capelães cria-

ram ainda estabelecimentos de apoio aos soldados portugueses, mais conhecidos por «Casas do Soldado»: visavam preencher os tempos livres dos combatentes com actividades salutaras e afastá-los da imoralidade dos prostíbulo e das tabernas; e dada a existência de uma grande percentagem de analfabe-

Em cima: ex-deputado republicano pelo Partido Evolucionista, o padre Casimiro Rodrigues de Sá (1873-1934) era abade de Padornelo e foi capelão militar voluntário do CEP em França durante 1918.

Em baixo: Joshua Benoliel contribuindo para a Venda da Flor, a favor da Cruz Vermelha Portuguesa, no Chiado, 1918.





tos no CEP, leccionaram aulas de alfabetização.

Ora, se junto dos soldados a sua acção foi geralmente bem recebida, já parte da oficialidade manifestou-se hostil aos capelães, atitude que mudou gradualmente, não só devido ao facto dos exércitos inglês e francês possuírem um serviço de capelães maior e mais bem organizado que o português, mas sobretudo devido à constatação de que as prédicas e o apoio pessoal dado pelos capelães portugueses tinha um efeito muito positivo no moral das tropas. Pelo que desde cedo se levantaram clamores reclamando um aumento do número de capelães, que nunca foi atendido. O que potenciou a existência de iniciativas religiosas partidas dos próprios combatentes



(festas religiosas, reza do terço, presença de iconografia religiosa nos batalhões).

O ataque alemão de 9 de Abril de 1918, mais conhecido por Batalha de La Lys, motivou variados actos heróicos dos capelães portugueses, então reduzidos apenas a oito elementos, pois os restantes haviam regressado a Portugal, por doença ou licença. Até ao final da guerra outros haveriam de ser enviados para França. Foi apenas em Março de 1918 que se enviaram os

primeiros quatro capelães para África, cuja acção, ao contrário dos seus congéneres europeus, mereceu pouca atenção mediática.

Também no campo protestante se efectuaram disposições no sentido de providenciar assistência re-

O Padre Luís Lopes de Melo, foi na Flandres o capelão mais próximo de Patrocínio Dias, tendo sido nomeado a 21 de Maio de 1919 capelão-chefe do CEP.

Circular assinada pelo chefe do Estado Maior, major Fernando Augusto Freiria e datada de 13 de Julho de 1917

In Avelino de Figueiredo, A cruz na guerra (uma missão difícil) : roteiro e impressões, pp.161-162.

Citado por Moura, Cx nas trincheiras.

«Tendo algumas das interpretações dadas além das que autorizou a missão dos ministros das diversas confissões religiosas, junto das forças portuguesas em operações, permitido que aquela manifestação de respeito e tolerância por todas as crenças, dada pelo congresso da república, fosse utilizada para actos de propaganda religiosa e política, o que de nenhuma forma se pode admitir, encarrega-me Sua Ex.^a o General Comandante de chamar a atenção de V. Ex.^a para tal assunto e de forma que nenhuma infracção sofram os seguintes princípios:

Que a forma de ser ministrada a assistência religiosa dos diversos crédulos (sic), a quem expressamente o desejar, de maneira alguma possa ser interpretada como reconhecimento pelo Estado de qualquer religião ou como tendo sido restabelecidos os antigos capelães militares.

Que o exercício de quaisquer práticas religiosas de forma alguma absorva o tempo que os militares devem dedicar à sua instrução do serviço de campanha.

Que as cerimónias religiosas jamais revistam a forma de acto de serviços idênticos aos praticados no exercício (sic) antes do advento da República.

Que o enterramento religioso só seja feito àqueles militares que assim o tenham declarado aos seus comandantes de companhia ou bateria.

Que a residência habitual dos ministros das diferentes confissões é junto do comando superior em que tenham sido colocados, devendo estes sempre que seja possível, fornecer-lhes os meios de transporte para se deslocarem para onde forem requisitados».



ligiosa ao CEP, devendo-se à iniciativa de Alfredo da Silva e do americano Myron Clark (fundador da Associação Cristã de Estudantes de Coimbra) a constituição de um *Triângulo Vermelho* português, uma organização internacional com base nas Uniões Cristãs da Mocidade (Y.M.C.A.) e que na prática assegurava os mesmos fins que as «Casas do Soldado» católicas.

Marcas da guerra na sociedade portuguesa

A entrada de Portugal na guerra acentuou a crise social e económica da República e agudizou o conflito entre as várias forças partidárias republicanas, o que levou ao golpe de 5 de Dezembro de 1917, que marcou o início de um projecto de poder presidencialista liderado por Sidónio Pais, e o fim da carreira política de Afonso Costa, que nunca mais voltaria a chefiar um governo ou a ocupar uma pasta ministerial.

Mais importante ainda, a beligerância portuguesa na Primeira Guerra Mundial originou um redimensionamento do papel do catolicismo na sociedade portuguesa, a que não foi alheia a sua mensagem de paz e a oposição da população rural portuguesa à guerra que matara os seus filhos e maridos e originara tanta miséria. As aparições de Fátima inserem-se neste contexto de revitalização religiosa, sendo que o problema da guerra e da paz é transversal à «mensagem» da Virgem Maria.

Por outro lado, e tal como previsto pelo meio católico, a imagem do padre saiu reforçada da guerra – apesar das divergências existentes dentro do corpo de capelães pondo em causa a liderança de Patrocínio Dias – ficando demonstrado que um clérigo católico tinha uma real utilidade social, e verdadeiro amor à Pátria, o que foi reconhecido pela participação dos capelães nas cerimónias de homenagem ao «Soldado Desconhecido» realizadas em 1921.

PUBLICIDADE

Obras Missionárias Pontifícias

Director Nacional: Pe. Manuel Durões Barbosa, C.S.Sp.
Sede: Rua Ilha do Príncipe, 19 - 1170-182 LISBOA
Tel. 21 814 84 28 - Fax 21 813 96 11
missio.omp@netcabo.pt
www.opf.pt

Obra da Propagação da Fé
Fundadora: Paulina Maria Jaricot

Obra da Infância Missionária.
Fundador: D. Carlos A. M. de Forbin-Janson

Obra de São Pedro Apóstolo.
Fundadora: Jeanne Bigard

União Missionária Pontifícia
Fundador: Paula Manna (Beata)